

PROJETO LEI EXECUTIVO 27/2009

Cria o Conselho Municipal de Trânsito e dá outras providências.

A O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sancionou e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Trânsito de Chapadão do Sul - MS, órgão de controle social da gestão da política de trânsito e transporte do Município, com caráter consultivo e fiscalizador, respeitados os aspectos legais de sua competência.

Art. 2º Fica o Conselho vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos e ao órgão executivo municipal de trânsito – Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN).

Art. 3º São competências do Conselho Municipal de Trânsito de Chapadão do Sul:

- I- Controlar, acompanhar e avaliar a política municipal de trânsito e transporte;
- II- Emitir pareceres sobre as políticas de transportes e circulação no Município;
- III- Acompanhar a gestão dos serviços de transporte público municipais, auxiliando na avaliação de desempenho dos operadores do sistema bem como dos respectivos contratos de permissão e concessão para execução e exploração dos serviços, conforme determinações da legislação e regulamentação vigentes;
- IV- Acompanhar e fiscalizar regularmente a prestação dos serviços de transporte público coletivo e individual (táxi), (moto táxis);
- V- Convocar representantes e técnicos do DEMUTRAN ou de qualquer outro órgão da Administração Municipal, quando julgar necessário, para discutir questões relativas ao transporte, à circulação e ao planejamento urbano, democratizando as decisões e as informações sobre as políticas públicas;
- VI- Construir grupos técnicos ou comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o pleno desempenho de suas funções;
- VII- Elaborar o regimento interno do Conselho, estabelecendo as normas para o seu funcionamento;
- VIII- Acompanhar, orientar e fiscalizar a regulamentação das vias e calçadas quanto à mobilidade urbana e a acessibilidade de condutores e pedestres;
- IX- Participar das discussões sobre as políticas tarifárias dos serviços de transporte público municipais;
- X- Convocar a Conferência Municipal de Trânsito a cada dois anos.

Art. 4º O Conselho Municipal de Trânsito de Chapadão do Sul será composto por 10 (dez) membros, assim distribuídos:

- a) Responsável pelo órgão municipal de trânsito, DEMUTRAN;
- b) 1 (um) representante da Câmara de Vereadores;
- c) 1 (um) representante da Prefeitura Municipal;
- d) 1 (um) representante da Polícia Militar;
- e) 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros;



f) 1 (um) representante da Associação Comercial e Industrial;

g) 1 (um) representante da JARI;

h) 1 (um) representante do Rotary Clube;

i) 1 (um) representante da Casa Maçônica;

j) 1 (um) representante da OAB.

§ 1º Os membros do Conselho Municipal de Trânsito serão nomeados pelo Prefeito Municipal mediante Decreto, e indicados pelos órgãos e entidades relacionadas neste artigo.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Trânsito será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º Os conselheiros não receberão remuneração pelas suas atividades, sendo a sua função considerada de relevante interesse público.

§ 4º Os conselheiros que faltarem a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas, sem justificativa, terão seus nomes encaminhados às entidades ou segmentos que representam para serem substituídos.

Art. 5º A presidência do Conselho Municipal de Trânsito será exercida por um dos seus membros eleito pelos seus pares.

Art. 6º O Conselho Municipal de Trânsito reunir-se-á mensalmente, de forma ordinária, e extraordinariamente a qualquer tempo, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º As reuniões do Conselho Municipal de Trânsito deverão ser instaladas em primeira convocação com a presença de metade mais um de seus membros, e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número.

§ 2º As reuniões terão convocação por escrito e publicação de Edital de Convocação no Órgão Oficial do Município, com antecedência mínima de oito dias para as reuniões ordinárias e quarenta e oito horas para as extraordinárias, sendo para estas dispensada a publicação de Edital.

§ 3º As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 4º As deliberações das reuniões somente terão efetividade com a presença registrada em ata de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

§ 5º Os assuntos e deliberações das reuniões serão registrados em ata.

Art. 7º A Conferência Municipal de Trânsito será realizada no Município de Chapadão do Sul a cada dois anos, sempre no segundo semestre.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CHAPADAO DO SUL/MS, 30 de Abril de 2009

Poder Executivo

.(a)

